

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 102

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE AGOSTO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Fernando Ribas Carli e Edgar Bueno (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

Mensagem nº 017/2000

Curitiba, 10.08.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legisla-

tiva, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente.

A Constituição do Estado do Paraná, ao consagrar o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o dever do Estado, dos municípios e da coletividade em defendê-lo ou preservá-lo para as gerações presentes e futuras, estabeleceu, para assegurar a efetividade do referido direito, entre outros instrumentos, a criação do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, ao qual determinou que receba, além de dotações orçamentárias próprias, os produtos das multas por infração às normas ambientais - artigo 207, § 1º, inciso III.

O projeto de lei aqui apresentado tem por finalidade criar o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA que, além de cumprir o mandamento constitucional, concretiza um instrumento de transcendental importância para o financiamento de planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente no Estado do Paraná.

Cabe lembrar que, a nível federal, o Fundo Nacional do Meio Ambiente já está instituído desde os idos de 1989, com atuação marcante na disponibilização de recursos à causa ambiental.

A instituição do FEMA irá possibilitar a concentração, a nível estadual, de recursos financeiros de diversas fontes, dentre elas o produto de multas administrativas e de sanções judiciais por infrações às normas ambientais, os valores decorrentes de condenações em ações civis públicas disciplinadas pela Lei Federal nº 7.347/85 e as parcelas de compensação financeira estipulada no § 1º do artigo 20 da Constituição Federal e nas Leis Complementares 59/91 e 67/93, recursos estes legalmente previstos e que só por falta da existência do Fundo não estão disponíveis aos objetivos próprios da proteção ambiental.

Só para mencionar, as condenações judiciais aplicadas em inúmeras ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Estadual e pelo próprio IAP em nosso território, por danos ao meio ambiente, estão a ser depositadas em Caderneta de Poupança, ao invés de serem destinadas à reconstituição dos bens ambientais lesados, conforme manda a Lei Federal nº 7.347/85 (art. 13, caput).

A aplicação de tais recursos, portanto, far-se-á não só por órgãos governamentais como também por entidades privadas sem fins lucrativos, propiciando desta forma que a coletividade organizada tenha condições de participar no dever de todos quanto à proteção ambiental.

A lei proposta cerca de rigor a aplicação de tais recursos, que somente poderá ser efetuada através da apresentação de planos, programas ou projetos, por parte do órgão ou da entidade interessada, sujeitos à prévia aprovação do FEMA, sendo que a prestação de contas

relativas aos recursos repassados serão analisadas por auditores independentes e submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Considerando a necessidade de otimização da aplicação dos recursos concentrados no FEMA são elencadas áreas prioritárias, para as quais deverão ser voltados os planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a proteção, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente.

O FEMA, por força do disposto no artigo 10, da Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992 (alterada pela Lei Estadual nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996), será administrado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, cuja estrutura será utilizada para tal finalidade.

Tendo em vista que a Lei Estadual nº 11.987, de 05 de janeiro de 1998, veio incluir no Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FEID) o meio ambiente, matéria que deve compor fundo distinto e deve ser administrado pelo IAP, conforme mandamento constitucional e legal estadual expresso, faz-se necessário dar nova redação ao § 1º do artigo 1º e ao inciso IV do artigo 3º da referida lei, a fim de adequá-la ao presente projeto de lei.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.08.2000.

(a) JAIME LERNER

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente.

Art. 2º - Constituem recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA:

I - dotações orçamentárias do Estado;

II - dotações orçamentárias da União e dos municípios;

III - produto das multas administrativas e sanções judiciais por infrações às normas ambientais, bem como os valores decorrentes de condenações em ações civis públicas disciplinadas pela Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, relativas a questões ambientais;

IV - rendimento de qualquer natureza derivado de aplicação de seu patrimônio;

V - recursos provenientes de ajuda e/ou cooperação internacional e de acordos entre governos na área ambiental;

VI - receitas resultantes de dotações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venham a receber de pessoas físicas ou jurídicas,

nacionais ou estrangeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

VII - outras receitas eventuais que lhe forem destinadas por lei, regulamento, acordo ou convenção.

§ 1º - Os recursos financeiros previstos no *caput* deste artigo serão depositados em instituição financeira oficial do Estado, em conta denominada "Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA".

§ 2º - As pessoas físicas ou jurídicas que fizerem doações ao Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA poderão gozar de benefícios relativos aos impostos estaduais, conforme dispuser a legislação.

Art. 3º - O Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA será administrado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 4º - Os recursos financeiros do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA deverão ser aplicados através de órgãos públicos da administração direta e indireta do Estado e dos municípios bem como de entidades privadas sem fins lucrativos, cujos objetivos estejam em consonância com aqueles estabelecidos no artigo 1º.

Art. 5º - Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA em planos, programas ou projetos relativos a: educação ambiental, controle e monitoramento ambiental, recuperação ambiental, proteção dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, unidade de conservação, desenvolvimento florestal, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento institucional, desenvolvimento de políticas públicas ambientais, instrumentos e meios legais e econômicos, assim como em despesas correntes pertinentes a atividades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e do Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 6º - Os programas de aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, serão revistos periodicamente, de acordo com os princípios e diretrizes das Políticas Nacional e Estadual do Meio Ambiente.

Art. 7º - O saldo positivo do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, apresentado em balanço anual, será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 8º - As prestações de contas dos recursos repassados pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, serão analisadas por auditores independentes e submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para a operacionalização do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FEMA e do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FEID, baseado em programas de trabalho, estimando as receitas e fixando as despesas para os exercícios de 2000 e 2001.

Art. 10 - O Poder Executivo aprovará por decreto a regulamentação do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 11 - O § 1º do artigo 1º e o inciso IV do artigo 3º da Lei Estadual nº 11.987, de 05 de janeiro de 1998, passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º - ...

“§ 1º - O FEID, instrumento de natureza contábil, gerido por um Conselho Estadual, tem como finalidade a prevenção e a reparação dos danos causados ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos”.

Art. 3º - ...

“IV - promover atividades e eventos que contribuam para divulgação da cultura, da proteção do consumidor, da livre concorrência, do patrimônio histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico e de outros interesses difusos e coletivos”.

Art. 12 - Os recursos recolhidos ao Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FEID, originários de quaisquer sanções por danos ao meio ambiente e os destinados à proteção ambiental, já recolhidos ou não, serão repassados ao Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, ora instituído.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1491

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Walter Hachmann, ocorrido no último dia 09 de agosto do corrente ano, no município de Marechal Cândido Rondon.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada, na pessoa do senhor Egon Hachmann, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rio de Janeiro, 1525 - Centro - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon / PR.

Sala das Sessões, em 14.08.2000.

(a) ADEMIR BIER

### REQUERIMENTO Nº 1490

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da presente sessão, votos de congratulações e profícua gestão, para a nova diretoria que assume para a gestão de 2000/2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao senhor Jonel Chede, presidente da Associação Comercial do Paraná, sendo que a correspondência deverá ser enviada à Rua XV de Novembro, 621, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.08.2000.

(a) ADEMIR BIER

### REQUERIMENTO Nº 1489

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública do Rio de Janeiro, para que nos forneça informações e os devidos esclarecimentos, com relação às mortes dos enfermeiros Marcos e Edma Valadão, presidente da Associação Brasileira de Enfermagem do Rio de Janeiro e presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, conforme ofício nº 117/2000, datado de 25 de julho de 2000, em anexo.

Sala das Sessões, em 14.08.2000.

(a) ADEMIR BIER

### REQUERIMENTO Nº 1494

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor comandante geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, coronel Guaraci Moraes Barros, convidando-o a comparecer nesta Casa para fornecer melhores explicações acerca do que segue:

a) Existe Regulamento Interno no âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná, vedando a remoção de policiais militares para outras localidades que não aquela(s) da situação/lotação original?

b) Em caso afirmativo, qual o fundamento legal e regimental?

c) O Regulamento indicado na letra “a” contém especificações com referência às solicitações de parlamentares, inclusive com sanções aos policiais, incluindo prisão disciplinar ou perda de liberdade?

d) Em caso afirmativo, quais as razões para tal conduta, já que o parlamentar que solicita, atendendo apelos diversos da sociedade e comunidade que representa, nada tendo de ilícito tal procedimento. Ou se o entendimento do Comando Geral é outro, indicar as razões de direito e de fato.

e) Quantos os policiais, indicando os nomes e locais de lotação, já sofreram sanções disciplinares pelo motivo supra, indicando o tempo da sanção, forma e local de execução.

Requer outrossim, o envio de documentos acerca dos elementos indicados nas letras “a” e “e”.

Sala das Sessões, em 14.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 257/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao deputado federal pastor Oliveira Filho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### JUSTIFICATIVA:

O deputado pastor Oliveira Filho, nasceu na cidade do Rio de Janeiro - RJ, em 1957, filho do saudoso pastor Bernardino e senhora Maria da Conceição.

Casado com a senhora Delzina, o pastor Oliveira Filho possui 5 filhos: Kézia, Keyla, Michael, sendo que Robson e Maeli são filhos adotivos.

Ainda jovem no Rio de Janeiro de 1978 até 1984, trabalhou como motorista de táxi, quando encontrou a profissão que iria marcar e destacar a sua vida profissional, a carreira de homem de rádio. Começa a sua caminhada como locutor, noticiário e programador na Rádio Copacabana, no período de 1984-1987. No mesmo ano mudou-se para a cidade de São Paulo, para ser repórter da Rede Record de Televisão e ao mesmo tempo assumia a direção e apresentação do Programa Oliveira Filho na Rádio São Paulo.

A sua atuação como homem de rádio e televisão o levou até o Estado vizinho do Rio Grande do Sul em 1989, e logo após viajou para Portugal, ficando naquele País de 1991 até 1994, passando pelas Rádios Miramar de Lisboa e Placard do Porto.

Quando retornou ao Brasil veio para o Estado do Paraná, para trabalhar na Rádio Atalaia, logo após fundou e dirigiu a Rádio Gospel em 1995 e a seguir atuou profissionalmente na Rádio Scala. Atualmente está apresentando aos sábados o “Programa Oliveira e Você” na TV Independência.

A sua vida ministerial começou cedo, consagrado pastor a cerca de 20 anos pela Assembléia de Deus no Rio de Janeiro, passados alguns anos foi para a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD, onde foi também

consagrado pastor pelo seu dinamismo e carisma foi atuando ministerialmente de forma singular.

A sua entrada na política deu-se no ano de 1996, vindo a eleger-se vereador na Capital de nosso Estado com 4967 votos. Com um trabalho dedicado e com objetivos, destacou-se na Câmara Municipal de Curitiba, sendo referencial de honestidade e apoio aos carentes e desprotegidos, sempre lutando e ajudando aos idosos, que muitas vezes são esquecidos pela nossa sociedade. Neste trabalho voltado para assistência social fundou a ABC - Associação Beneficente Cristã, que é uma entidade filantrópica declarada de Utilidade Pública municipal, estadual e federal.

No ano de 1998, o pastor Oliveira Filho recebeu uma convocação de representar os evangélicos do Paraná na Câmara dos Deputados em Brasília, e elegeu-se deputado federal com a expressiva votação, quando 48.488 votos de confiança foram depositados no pastor Oliveira Filho.

### PROJETO DE LEI Nº 258/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo instituir, nos municípios de grande porte, o Programa Centro de Convivência do Idoso, sob a supervisão das Secretarias de Estado da Educação, da Cultura e da Criança e Assuntos da Família.

Parágrafo Único - O Centro de Convivência do Idoso terá como objetivo programar atividades culturais, esportivas e sociais ao idoso.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### Apoioamento:

Nelson Garcia, Marcos Isfer e Pastor Edson Praczyk.

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, que está amparado não somente em dispositivos constitucionais, mas, principalmente, nas promessas do Governo do Estado durante as últimas eleições gerais.

O Centro de Convivência do Idoso irá programar atividades sociais, culturais e esportivas ao idoso, ocupando-o durante todo dia. Ficará ao cargo da Secretarias de Educação, da Secretaria da Cultura e da Secretaria da Criança e Assuntos da Família a indicação de profissionais para a execução do programa. Nos municípios de grande porte, como Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Apucarana, Cornélio Procopio, Paranavaí, Foz do Iguaçu, Cascavel e outros, o idoso teria uma programação salutar, tornando-

o um verdadeiro cidadão, com direito a cidadania e a justiça.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhores deputados.

Infelizmente Ponta Grossa mais uma vez vê uma das suas principais indústrias a Rella que faz os palitos Gina e que oferece inúmeros outros derivados da industrialização da madeira.

Na última semana, não por vontade, mas por compromissos aquela indústria desativou as suas atividades em Ponta Grossa, deixando 140 chefes de famílias sem condições de obter o seu sustento.

Parece que há uma síndrome, quando falamos na Lei Kandir em produtos agrícolas até entendemos que faz com que a industrialização da soja fosse penalizada pelas desativações das indústrias processadoras do óleo de soja.

Quando vemos esse segmento da madeira, não só com as serrarias de Ponta Grossa, nem tão somente as indústrias de laminados e seus derivados e vemos agora uma grande indústria como a Rella parar as suas atividades. Este Parlamento, não somente este deputado, deve interceder junto ao secretário de Indústria e Comércio e ao nosso governador, porque isso é um início de uma cascata, na qual está a família paranaense.

Tenham certeza que as indústrias ligadas a madeira, como a Rella, estão à beira de fechar as suas portas e algumas fazendo empréstimos.

Nós que temos o maior centro madeireiro e o maior centro de laminados e de perto convivemos com os senhores industriais que muito contribuíram para com o Estado não podemos senhores parlamentares, e ilustre deputado Marcos Isfer, Vossa Excelência que é ligado também a inúmeros amigos que desenvolvem essa atividade, nós ficamos de braços cruzados, enquanto este principal setor da família paranaense industrial, que alavancou o progresso não só do Paraná mas de nosso Brasil. Vimos que na construção de Brasília a maior parte da madeira que ali se assentava nas suas construções e que deu aquela beleza que hoje nós sustentamos com orgulho, como sendo uma das capitais mais moderna desse Universo. Nós desse setor da madeira do Paraná, temos a dificuldade que ora estamos enfrentando.

Quero com esse alerta também dirigir-me ao ilustre 1º secretário Hermas Brandão, que tem em Ponta Grossa e nas Regiões dos Campos Gerais seus amigos como nós possuímos ligados a este setor madeireiro e que infelizmente, no atual momento de crise enfrenta maiores dificuldades.

Tenho certeza absoluta que com interferência do presidente Nelson Justus, homem que já foi secretário da Indústria e Comércio deste Paraná, que fez uma mudança

junto ao governo e com as comunidades paranaenses da sua economia, haveremos de uma somatória de esforços desse Poder Legislativo, com o Poder Legislativo com o Poder Executivo, realmente levantar aquilo que este setor madeireiro está sendo penalizado tanto pelo governo federal, e pelo governo do Estado do Paraná.

Quero, senhor presidente e senhores deputados, com esse meu pronunciamento que ficasse registrado nos anais desta Casa, que quando este setor foi afetado este Poder esteve presente procurando alertar as autoridades constituídas e dar um meio pelo qual possam eles sobreviverem e dar andamento em suas produções, assistência aos seus empregados e o seu erguimento principalmente da economia do nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PL, PST, PSL, PDT, PT, PPB, PMDB, PSDB, PTB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 017/2000, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva instituir o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação e/ou a recuperação do meio ambiente. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos senhores deputados Marcos Isfer, Nelson Garcia, Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 101/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, institui o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 101/99

A Assembléia Legislativa do

## Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Será prioridade a implantação nas escolas que sofram os maiores índices de violência.

Art. 2º - São objetivos do programa:

I - formar Grupos de Trabalho vinculados ao Conselho de Escola para atuar na prevenção da violência nas escolas, analisar suas causas e apontar possíveis soluções;

II - desenvolver ações educativas e de valorização da vida, dirigidas às crianças, adolescentes e a comunidade;

III - implementar ações voltadas ao combate a violência na escola com vista a garantir o exercício pleno da cidadania e o reconhecimento dos direitos humanos;

IV - desenvolver ações que fortaleçam o vínculo entre a comunidade e a escola;

V - garantir a formação de todos os integrantes do grupo de trabalho aí incluídos o corpo docente, os serviços operacionais da rede de ensino, bem como dos membros da comunidade para prepará-los para a prevenção da violência na escola.

Parágrafo Único - Os Grupos de Trabalho, tratados no inciso I deste artigo, serão compostos por professores, funcionários, especialistas da área de educação, pais, alunos e representantes da comunidade ligados a cada escola.

Art. 3º - Ações do programa serão desenvolvidos através do Núcleo Central, Núcleo Regionais e Grupos de Trabalho, conforme previstos na presente lei.

Art. 4º - O Núcleo Central, ligado a Secretaria de Educação traçará diretrizes, dará suporte ao desenvolvimento do programa e terá composição intersecretarial e multiprofissional, com participação de:

I - técnicos das Secretarias Estaduais:

- a) da Educação;
- b) da Saúde;
- c) da Criança e Assuntos de Família;
- d) da Justiça e da Cidadania;
- e) da Segurança Pública.

II - técnico de entidades não governamentais que possam contribuir nas áreas da psicologia, das ciências sociais e jurídicas, abrangidas pelo programa.

Parágrafo Único - O Núcleo Central garantirá a realização de estudos e a divulgação do material produzido nas unidades escolares.

Art. 5º - Núcleo Regionais de Prevenção e Combate a Violência nas Escolas ligados aos Núcleos Region-

ais de Educação, estabelecerão conexão entre o Núcleo Central e os Grupos de Trabalho e darão retaguarda às ações de intervenção, terão a seguinte composição intersecretarial, multiprofissional, e de participação comunitária:

I - técnicos das seguintes Secretarias de Estado e dos municípios:

- a) da Educação;
- b) da Saúde;
- c) Secretaria da Criança e Assuntos da Família e das Secretarias Municipais da Promoção Social;
- d) da Justiça e da Cidadania e das Secretarias Municipais de Assuntos Jurídicos;
- e) da Secretaria de Segurança Pública.

II - representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- a) estudantis;
- b) Conselhos de Escola;
- c) Associação de Pais e Mestres;
- d)
- e) Conselhos Municipais de Saúde;
- f) Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- g) Conselhos Tutelares;
- h) Promotorias da Infância e da Juventude;
- i) Associação de Bairros;
- j) Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil;
- k) Pastorais e entidades religiosas;
- l) Universidades;
- m) Sindicatos e entidades de classe;
- n) demais representantes da Sociedade Civil e de entidades públicas ou privadas, que possam contribuir para os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos contidos no programa.

Art. 6º - Os Grupos de Trabalho, compostos na forma do Parágrafo Único, do Artigo 2º, atuarão nas unidades escolares e contarão com retaguarda do núcleo central.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com entidades governamentais ou não, obedecidos os requisitos legais, que possam subsidiar o trabalho dos Grupos de Trabalho nas escolas.

Art. 8º - O Programa poderá ser estendido às escolas particulares que se vincularem ao Programa e que constituírem Grupo de Trabalho na forma desta Lei.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 10 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 514/99, de autoria dos deputados Tiago Amorim e Alborghetti, autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 514/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar, na estrutura organizacional básica do Departamento de Polícia Civil do Paraná, a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública fica autorizada a firmar convênios com órgãos do Poder Público ou entidades privadas, visando o estudo, a pesquisa e o fornecimento dos recursos humanos necessários para a assistência psicossocial das pessoas atendidas pela Unidade Polícia Civil.

Art. 3º - Poderão ser criadas, junto às subdivisões Policiais Cíveis, setores do atendimento ao idoso em estrita colaboração com a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso e nos moldes desta.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

## ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 187/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná, com sede e foro em Curitiba. **Aprovado.**

## ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/98, de autoria dos deputados Anibal Khury e Caíto Quintana, dispõe que os exames para detecção do diabetes e da hipertensão arterial, serão realizados gratuitamente pelos postos de saúde no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. COM EMENDAS DA C.C.J. E PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO.

APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada.**

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/97, de autoria do deputado Durval Amaral, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel - terreno de 600 m2 com prédio, de propriedade do Estado, ao município de Cruzeiro do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 625/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Rio Branco do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.D.H.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública para a Associação de Atendimento à Família e Infância (AAFI), de Porto Novo, no município de Adrianópolis e foro no município de Bocaúva do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/99, de autoria do deputado Edson Praczyk, proíbe depósitos prévios para internação em hospitais públicos e privados e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 80, de 24.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 360/99

## P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 360/99, de autoria do deputado pastor Edson Praczyk, proíbe depósito prévio, de qualquer natureza, para internação em hospitais públicos e privados.

Na forma do que prescreve o artigo 24, XII, da Constituição Federal, “competem à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre a previdência social, proteção e defesa da saúde”.

Analizando a matéria sob os aspectos da constitucionalidade e legalidade, não encontramos qualquer objeção à tramitação do referido projeto de lei.

Visa o autor coibir a prática existente em alguns hospitais de adotar o chamado “cheque caução”, antes mesmo de oferecer socorro ao paciente.



Isto posto, somos de Parecer Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 360/99, tendo em vista o mesmo ser constitucional e legal, na forma do substitutivo apenso, visando tão somente corrigir a técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 360/99

#### P A R E C E R :

Art. 1º - Fica proibida a exigência de depósito prévio de qualquer natureza, para possibilitar internação de doente em situação de emergência, que resulte em estado de sofrimento intenso e/ou risco de vida ao paciente, em hospitais da rede pública ou privada.

Art. 2º - Comprovada a infração ao disposto no artigo 1º desta lei, o hospital será obrigado a devolver em dobro o valor cobrado a título de caução, ao paciente ou aos respectivos herdeiros.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.08.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI Nº 360/99

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 360/99, de autoria do deputado pastor Edson Praczyk, proíbe depósitos prévios para internação em hospitais públicos e privados e dá outras providências. Visa, segundo suas disposições e as justificativas do autor, fazer prevalecer o enunciado da Constituição Federal, que coloca a saúde como “direito do cidadão e dever do Estado”, assim também reafirmado pela Constituição Estadual.

Considerando a enormidade de casos em que pessoas humildes simplesmente deixam de ser atendidas pela falta dos chamados “depósitos prévios”, o projeto vem em boa hora. Por esta razão, nosso Parecer é Favorável, no sentido de que tal proposta siga seus trâmites para melhor análise dos senhores parlamentares.

Opinamos, pois, pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 04.10.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente, no município de Medianeira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.D.H.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 184, de 01.12.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 626/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademir Bier, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente, no município de Medianeira.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI Nº 626/99

#### P A R E C E R :

De autoria do senhor deputado Ademir Bier, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente, no município de Medianeira.

#### Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública constatou que a presente proposição busca minimizar estes problemas sociais, que vem envolvendo crianças e adolescentes no município de Medianeira.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

##### PROJETO DE LEI Nº 626/99

#### P A R E C E R :

#### 01) Do Projeto

De autoria do deputado Ademir Bier, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Medianeira. Na justificativa, o parlamentar indica que “como em todo o Paraná, Medianeira possui problemas sociais, entre eles o de

ocorrências policiais envolvendo crianças e adolescentes, principalmente nas escolas, não havendo projetos para coibir e orientar na tentativa de diminuir a violência em geral, vem desenvolvendo um exaustivo trabalho”.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública declaram-se favoráveis ao projeto.

## 02) Do Voto

O projeto de lei em epígrafe vem ao encontro dos propósitos da modernidade em dotar as comunidades de aparelhos de combate ao crime em geral e aqueles específicos em regra, como o são a defesa da criança, do idoso e da mulher. Assim, e sob os aspectos desta Comissão de Mérito, o autor soube bem revestir de forma legal o pretendido pela comunidade e mesmo objeto da ação pública.

Voto Favorável.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente  
BETO RICHA - Relator

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/2000, de autoria do Deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de São Pedro do Iguaçu, imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 076, de 13.06.2000)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 192/2000

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de São Pedro do Iguaçu, imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

### P A R E C E R :

Foi encaminhado para parecer desta comissão o Projeto de Lei nº 192/00 de autoria do Deputado Elio Rusch que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de São Pedro do Iguaçu, o lote Urbano nº 22 da Quadra nº 08 do Patrimônio São Pedro, Colônia

Rio Quarto, com área de 600,00m², na sede do município.

Segundo entendimento desta comissão, o presente projeto de lei é oportuno, sendo nosso parecer Favorável para a sua tramitação neste Casa de Leis.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.2000.

(aa) NEREU MOURA - Presidente  
IRINEU COLOMBO - Relator

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1489 a 1491, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1494, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1483, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

## O SR. CHICO NOROESTE (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

As informações que tenho a respeito da aplicação do dinheiro público no que diz respeito ao Parque da Barragem do Portal da Foz, são informações muito sérias de irregularidades.

Portanto, Secretaria do Meio Ambiente entrou em contato comigo dizendo que esses documentos, os quais pedi para a Secretaria, poderiam me mandar, me entregar dentro do prazo de no máximo 10 dias. Como esse prazo de 10 dias é bem menor do que os 30 dias regimentais, peço a Vossa Excelência que retire por 10 dias o referido requerimento.

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente, a pedido do autor, **retirado o requerimento** de informações.

Nada a mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 056, 360, 626, 627/99 e 192/2000.

Levanta-se a sessão.

## Atas das Comissões:

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

## ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Nereu Moura, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 091/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Relator: deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Rosângela Alves Cardoso, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente  
Rosângela Alves Cardoso - Secretária

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

14ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Saúde Pública presidida pelo senhor deputado Luiz Accorsi e contando com a presença dos seguintes deputados Ademir Bier, Serafina Carrilho, Angelo Vanhoni e Fernando Ribas Carli. Havendo número legal o senhor presidente deu início aos trabalhos passando-se a Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei nº 101/00, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer Favorável do deputado Ademir Bier - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 145/98 de autoria dos deputados Anibal Khury e Caíto Quintana. Parecer Favorável da deputada Serafina Carrilho - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 063/00 de autoria do deputado Antonio Annibelli. Parecer Favorável da deputada Serafina Carrilho - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 071/00 de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer Favorável do deputado Ademir Bier - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 53/00 de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer Favorável do deputado Angelo Vanhoni - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 100/00 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer Favorável do deputado Ademir Bier - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Osmar Prestes, secretário de Comissão.

(aa) LUIZ ACCORSI- Presidente  
OSMAR PRESTES - Secretário

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove de junho do ano dois mil, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Nereu Moura, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 195/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio. Relator: deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 192/2000, de autoria do deputado Elio Rusch. Relator: deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Rosângela Alves Cardoso, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente  
Rosângela Alves Cardoso - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Moysés Leônidas, Duílio Genari, Hermes Fonseca, Algaci Tulio, Irineu Colombo, Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Cesar Seleme, Nereu Moura e Antonio Carlos Belinati. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 234/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 184/2000, de autoria do deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 217/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 233/2000, de autoria do Poder Executivo. Concedido VISTAS ao deputado Hermes Fonseca; 05) Projeto de Lei nº 186/2000, de autoria do deputado Ademir Bier e outros. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 213/2000, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito - Roubo de Cargas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 117/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia. Concedido VISTAS ao dep-

utado Cesar Seleme; 08) Projeto de Lei nº 225/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 188/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 221/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 162/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. O deputado relator Pastor Edson Praczyk requer diligência - DEFERIDO; 12) Projeto de Lei nº 145/98, de autoria dos deputados Anibal Khury e Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk, à emenda de Plenário - APROVADO; 13) Proposição-Veto nº 044/2000, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 539/99. Parecer FAVORÁVEL do deputado Edson Praczyk - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 656/99, de autoria do deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati, à emenda de nº 01 e contrário à emenda nº 02 - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 207/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 172/2000 de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 301/99 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 071/2000 de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari às emendas de Plenário - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 206/2000 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 235/2000 de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Nereu Moura e Algaci Tulio; 21) Projeto de Lei nº 236/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 190/2000 de autoria do deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 212/2000 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 204/2000 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 198/2000 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 527/99 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Nereu Moura e Hermes Fonseca; 27) Projeto de Lei nº 220/2000 de autoria do deputado Nelson Justus que altera a redação do inciso XXXIII, Artigo 1º da Lei nº 4245 de 28 de julho de 1960. Parecer FAVORÁVEL do deputado Basílio Zanusso, na forma da emenda anexa - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº

115/2000 de autoria da Procuradoria Geral de Justiça que altera a redação do Art. 5º, da Lei nº 11.708/95. Parecer FAVORÁVEL do deputado Basílio Zanusso - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 101/99, 240/99, 514/99, 622/99, 054/2000, 055/2000, 195/2000, 196/2000 e 187/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o presidente avocou e apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 220/2000, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**

**ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, o qual o deputado Antonio Baratter apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 220/97, 145/98, 625/99 e 221/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**Pedido de Adesão:****PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESAO**

Lucymara Christóforo, matrícula 40.773, endereço Rua Ernesto Araújo, 80, bairro Jardim Botânico, cidade de Curitiba, CEP: 80210-090 - PR, remuneração mensal estimada R\$716,42, CPF: 411.302.439-15, data de nascimento: 13.04.61.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Dentista Nível E07.

(Prot. nº 5824)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Lucymara Christóforo